Pátria Arquitetônica e Analfabeta

Simon Schwartzman

CPDOC, 1986

A imprensa publicou recentemente a história patética da mulher que alugou os salões de um dos melhores hotéis do Rio de Janeiro para uma festa em beneficio da construção de um hospital, cuja maquete já tinha encomendado. Era uma ilustre desconhecida, não sabia escrever "black tie". A festa ficou vazia, e o hospital não poderá ser construído tão cedo.

Ainda bem. Pior teria sido se ela tivesse conseguido os recursos e seu hospital terminasse como um dos tantos elefantes brancos que povoam nossas grandes cidades, tão modernas e, em muitos aspectos, já tão decadentes. No Brasil, a ideia de que basta construir a casca arquitetônica para que o resto - hospital, universidade, capital do país, clube de futebol - venha por acréscimo não se limita às pessoas mais simples e ingênuas. Ela faz parte de uma tradição ilustre que talvez tenha tido início com a construção do Palácio da Cultura no Rio de Janeiro, atingiu seu apogeu com Brasília, continua com o sambódromo, e parece que vai prosseguir com a anunciada construção de 80 escolas pré-fabricadas no Rio de Janeiro sob a batuta de Darcy Ribeiro, projeto - de quem mais poderia ser? - de Oscar Niemeyer.

É fácil ver os atrativos deste ideal absurdo de construir o futuro da pátria pela via arquitetônica. Primeiro, estão os diretamente interessados - arquitetos, fornecedores de materiais, operários. Até aí nada demais. Depois, os políticos adoram inaugurar prédios, cortar fitas, descerrar placas de inauguração. Como fazer isto com políticas mais complexas, qualitativas e de longo prazo? Mais profundamente, existe a ideia de que as instituições sociais podem ser planejadas na prancheta pelo "designer" da mesma forma

que nossos positivistas de antes acreditavam que isto poderia ser feito pela engenharia. Este tipo de "planejamento" tem a vantagem de dispensar que se suje as mãos com pessoas de carne e osso, e com os difíceis problemas de desenvolver, instituições sólidas, viáveis e socialmente úteis. A desvantagem, evidentemente, é que nunca dá certo, enquanto que os elefantes brancos se multiplicam.

Tomemos a questão da educação primária no Rio de Janeiro, cujo sintoma mais grave é que metade dos alunos que entram nas escolas não conseguem se alfabetizar. É claro que devem faltar prédios, e novas instalações serão sempre benvindas. Mas será este o problema principal, por onde há que começar?

Alfabetizar crianças não é nenhum bicho de sete cabeças. Basta um professor motivado e bem treinado em uma das tantas técnicas de alfabetização disponíveis, com turmas suficientemente pequenas (no máximo 20 alunos), material pedagógico adequado e a presença das crianças nas escolas por um tempo prolongado. É importante, também, que a escola não seja vista como uma imposição ex terna sobre o quotidiano dos estudantes e suas famílias, mas conte com a simpatia e o apoio da comunidade que atende. Uma vez atendido este "menu" mínimo, sobrarão ainda muitos problemas a serem resolvidos e muitas discussões a serem feitas, mas o básico já estará feito.

Não é difícil deduzir disto os elementos básicos para uma política de melhoria da educação primaria. Primeiro, cuidar do professorado, com melhores salários, mais tempo para se dedicar às turmas (eliminando as duplas regências), melhoria de sua formação e injeção de sangue novo. Ser professor (ou, geralmente, professora) de escola publica é hoje uma atividade desvalorizada, mal paga, e pouco prestigio, e que muitas vezes acaba ficando nas mãos de pessoas que não encontraram melhores opções ou que desenvolveram, com os anos, mecanismos de autodefesa contra condições hostis que as tornam impermeáveis a inovações de qualquer tipo. Depois, são necessárias mais e melhores materiais pedagógicos, mais salas de aula, e o estabelecimento de vínculos mais profundos entre as escolas e as comunidades a que servem.

É claro que dizer é bem mais fácil que fazer. Um programa como este requer recursos - não recursos extraordinários para um grande projeto, mas recursos permanentes, que criem situações irreversíveis. O aparelhamento físico da rede escolar também requer,

naturalmente recursos, não só para os projetos arquitetônicos, mas para a melhoria e, principalmente, a recuperação da rede escolar estadual. Seria muito improvável que as necessidades de instalações desta rede - em termos de tamanho, localização geográfica, distribuição interna de espaços, etc. - coubessem todas dentro do leito de Procusto de um modelo pré-fabricado. Seria seguramente melhor estudar cada caso por si mesmo, incorporando de maneira mais intensa os arquitetos espalhados por nossas universidades, repartições e escritórios particulares. Deve ser possível fazer isto com economias de escala.

Haveria também que mexer profundamente na Secretaria de Educação. Ela deveria se aparelhar para conhecer e dar informações adequadas sobre a realidade educacional do estado, uma função vital que parece não existir mais no Rio de Janeiro. Mais vitalmente, ela deveria desenvolver uma política de descentralização, criando vínculos cada vez mais fortes entre as escolas e associações de bairros, administrações municipais e outros tipos de organizações comunitárias. Seu papel deveria ser de assistir as escolas, dando apoio, acompanhando, criando padrões de avaliação de qualidade e desempenho, e ao mesmo tempo ir deixando de pretender comandar e orientar tudo desde cima.

Depois - ou antes - vem a coisa mais difícil, que é reverter todo o clima de desestímulo e desmoralização que se implantou no sistema educacional do Rio de Janeiro. Para isto seria necessário promover a formação de novas lideranças na área educacional, com o fortalecimento ou criação de cursos de educação e pedagogia, grupos de pesquisa, escolas experimentais e cursos de formação e reciclagem de professores. Haveria que repensar em profundidade o papel do Instituto de Educação, que já teve dias melhores como formador de professoras primárias.

Um programa deste tipo requer, como ponto de partida, que seja retomada, agora em novas bases, a tradição de estudos pedagógicos e educacionais de alto nível que existia no antigo Distrito Federal desde os tempos dê Anísio Teixeira. Isto ao será possível se forem incorporados nos processos de discussão e decisão aquelas pessoas e grupos que, no Rio de Janeiro e em outros estados, nos programas de pós-graduação em educação e nas demais ciências sociais, vêm se preocupando em entender o que está ocorrendo de fato com a educação brasileira. Algo neste sentido já se iniciou na Secretaria Municipal da

cidade do Rio de Janeiro, e daí surgiram iniciativas importantes que merecem ser acompanhadas com atenção.

Poucos sabem que o estado do Rio de Janeiro possui uma Fundação de Amparo à Pesquisa que, a exemplo da de São Paulo, deveria servir de instrumento para estimular a pesquisa cientifica em alto nível, e que poderia ser fundamental para trazer para os problemas educacionais do Estado esta contribuição.. Infelizmente, não parece ser este o destino da FAPERJ, que continuará utilizando seus mais de 400 funcionários em não se sabe bem o quê. Como todas as soluções já nascem prontas da prancheta magica do Grande Arquiteto, basta botar as mãos à obra, e haverão muitos prédios a inaugurar. Será mais um projeto grandioso que não deu certo. Mas o que vale, ouviremos depois, é a intenção.